

Gênero e raça na sociedade brasileira

São suficientemente conhecidas as condições históricas que construíram a relação de coisificação dos negros em geral, e das mulheres negras em particular. Sabemos que em toda situação de conquista e dominação de um grupo humano sobre o outro é a apropriação sexual das mulheres, do grupo derrotado pelo vencedor, que melhor expressa o alcance da derrota. É a humilhação definitiva que é imposta ao derrotado e um momento emblemático de superioridade do vencedor.

Originalmente publicado no livro *Gênero, democracia e sociedade brasileira*, organizado por Maria Cristina Bruschini e Sandra Unbehaun, em 2002, pela Fundação Carlos Chaga e Editora 34.

No Brasil, o estupro colonial perpetrado pelos senhores brancos portugueses, sobre negras e indígenas, está na origem de todas as construções da identidade nacional e das hierárquicas de gênero e raça presentes em nossa sociedade, configurando aquilo que Angela Gilliam define como “a grande teoria do esperma da formação nacional” através do qual, segundo Gilliam:

- 1 “o papel da mulher negra na formação da cultura nacional é rejeitado;
- 2 a desigualdade entre homem e mulher é erotizada; e
- 3 a violência sexual contra as mulheres negras é romantizada.”¹

Portanto, no caso brasileiro, o discurso sobre identidade nacional possui essa dimensão escondida de gênero e raça. A teoria de superioridade racial teve na subordinação feminina seu elemento complementar. A expressiva massa de população mestiça construída na relação subordinada de mulheres escravas negras e indígenas com seus senhores tornou-se um dos pilares estruturantes da decantada “democracia racial” brasileira.

Em função dessas condições, para analisar a construção de gênero e raça na sociedade brasileira, deparamos com inúmeros entraves que dificultam qualquer tipo de levantamento histórico devido à escassez de documentos oficiais. O tema é pouco mencionado, e quando encontramos alguma referência na literatura, em especial sobre a mulher negra, a abordagem é tendenciosa, pois traz implícitas as impressões de quem as produz. Estes escritores são, em maioria, pertencentes à camada dominante e deixam entrever em seus escritos ideias geralmente eivadas de preconceitos e estereótipos em relação aos negros e as mulheres.

1 GILLIAM, Angela Gilliam. Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos Estados Democráticos Contemporâneos. *Anais do Seminário Internacional*. Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Direitos Humanos. Brasília, 1996. p. 54.

A historiadora Sônia Giacomini, autora de um dos poucos estudos sobre a mulher negra na sociedade brasileira, considera que

Na verdade, tem ocorrido um “duplo silêncio”. Ao silêncio sobre as mulheres em geral (“a história é masculina”) soma-se o silêncio sobre as classes exploradas (“a história é a história das classes dominantes”). Sobre o segundo silêncio, muito já foi dito. Quanto ao primeiro, ele aparece travestido na mitologia sobre a natureza doce e patriarcalista do escravagismo brasileiro. Mas é interessante notar que esta mitologia não se limita a produzir uma imagem deformada da relação senhor-escravo. Isto porque, na sua lógica, a mulher escrava ocupa um papel central: “ponte entre duas raças”, “embaixatriz da senzala na casa-grande, e vice-versa”, [...] Em outras palavras: as relações senhor-escrava, senhora-escrava, filhos brancos-escravos jogam um papel estratégico na estruturação das teorias sobre o patriarcalismo da escravidão brasileira.”²

Os estereótipos

Se a historiografia pouco se deteve na história da construção do gênero, em especial na sua conjugação com raça, será a ficção que de maneira mais sistemática se encarregará de estabelecer os atributos definidores do ser mulher e mulher negra em nossa sociedade. Jean M. Carvalho França, em análise sobre a imagem do negro na literatura brasileira do século XIX, nos informa que:

Negritude e escravidão são temáticas que, desde os primórdios da literatura produzida em solo nacional, merecem a atenção de nossos escritores que terminaram por construir uma tipologia sobre o negro que pode ser assim agrupada: ‘o escravo melancólico e saudoso de sua

² GIACOMINI, Sônia. *Mulher e escrava*. Petrópolis: Vozes, 1988. p. 19.

terra’; [...] o negro sofredor, que se revolta com a condição de escravo; o escravo fiel, espécie de anjo da guarda do senhor e de sua família; a mãe negra, dilacerada entre a felicidade da maternidade e a tragédia do cativo; e sobretudo, a *bela mulata*. Esse último tipo, foi sem dúvida, o mais popular de todos. Seja na figura da amante do senhor, da dama de companhia da sinhazinha, da serviçal do casarão ou da preferida do feitor, sua presença foi constante na poesia do período.³

O primeiro nome de uma mulher que aparece em nossa História Oficial, com exceção aos das rainhas (que já nascem com direito de menção histórica), foi o da escrava Chica da Silva, a amante do português contratador das minas de ouro, “que o encantou através do afeto e do sexo”.⁴

A mulher negra será retratada como exótica, sensual, provocativa. Enfim, com fogo nato; tais características chegam a aproximá-la de uma forma animalesca, destinada exclusivamente ao prazer sexual.

Inicialmente, colonizadores e camadas religiosas mantiveram relações sexuais com índias e, posteriormente, negras escravas, devido à escassez de mulheres brancas, com as quais constituíam suas famílias legítimas. Argumenta-se que foi a necessidade a razão inicial pelo qual as diferentes etnias que chegavam ao então Brasil Colônia começaram a misturar-se. Entretanto, mesmo com a vinda das mulheres brancas, as esposas oficiais, essa prática não foi posta de lado.

Criou-se também uma imagem da mulher senhora branca como alguém submissa e subalterna ao controle autoritário do marido, portador de sentimentos brutalizados. No entanto, a mulher branca era por excelência tão autoritária e despótica

³ FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. O Negro no romance urbano oitocentista. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, v. 30, n.1, p. 99, 1996. (grifo nosso)

⁴ Artigo de Ana Miranda, intitulado *Ser mulher*, publicado na edição de 25 anos da revista *Veja*, edição “Reflexões para o futuro” em 1993.

quanto o colonizador português, e são muitos os casos em que, por despeito ou ciúmes (ou até mesmo por capricho), essas senhoras maltratavam com castigos torturantes suas serviçais.

Em contrapartida, tais castigos não eram recebidos com a passividade que muitos escritores tradicionais afirmaram, pois “a nova historiografia sugere um escravo mais ativo, apesar da escravidão, da mesma forma que a sociologia recente descobre um negro mais ativo, apesar da opressão racial”.⁵

A sociedade colonial e escravista contribuiu imensamente para a criação do mito de mulheres quentes, atribuído, até hoje, às negras e mulatas pela tradição oral e disseminado no meio intelectual através da literatura. O caráter de objeto sexual dado às escravas bonitas fica evidenciado em algumas quadrinhas populares, recolhidas por José Alípio Goulart em uma de suas obras:

Preta bonita é veneno
Mata tudo que é vivente
Embriaga a criatura
Tira a vergonha da gente
Mulata é doce de coco
Não se como sem canela
Camarada de bom gosto
Não pode passar sem ela.

Assim, a mulher negra é mostrada como responsável por atrair o homem com seus dotes, envenenando-o, embriagando-o e isentando-o de qualquer culpa, afinal de contas, ela era “irresistível” e, até certo ponto, indispensável. Junte-se a isso o fato de serem propriedades daquele que a comprou, podendo este fazer dela o que bem entendesse; não poucas vezes eram

5 Artigo de João José Reis intitulado *Aprender a raça*, publicado na edição de 25 anos da revista *Veja*, edição “Reflexões para o futuro” em 1993.

obrigadas e constrangidas a concordarem com uma relação que sua condição de objeto alheio dificilmente conseguiria evitar. Essas relações extraconjugais ocorriam sem o consentimento das sinhás, tampouco das escravas.

As mulheres negras faziam parte da família periférica, formada pelos escravos, agregados e mestiços, nos quais estavam incluídas as concubinas do chefe e seus filhos ilegítimos. A relação senhor/escravo estava tão normalizada que, em favor da mulher negra, nenhum padre ousou tornar pública alguma opinião “de modo que, por muito tempo as relações entre colonos e mulheres africanas foram as de franca lubricidade animal. Pura descarga de sentidos”, conforme a obra de Gilberto Freire, *Casa Grande & Senzala*.

Embora muitas obras retratem os escravos como seres pacatos, passivos, estáticos, um artigo do *Jornal do Comércio*, de 8 de janeiro de 1833, comprova que eram frequentes as fugas de escravas:

Alguma mucama ou mumbanda de bonita figura, criada quase como filha e fugida talvez com o mulato de sua paixão, deixando o senhor branco sozinho, com saudade dos seus cafunés, dos seus dengos e dos seus quitutes. Está neste caso a neguinha Luísa, de beiços finos, olhos grandes, pés pequenos, espigadinha de corpo, peito em pé, que em 1833 fugiu da Rua das Violas, aqui em São Cristóvão.⁶

Portanto,

O escravo doméstico, em geral, e a ama-de-leite, em particular, são apontados como elementos corruptores da família dominante. O papel estratégico da ama nas relações entre casa grande e senzala confere àsamas de leite o lugar privilegiado de agentes de corrupção da família branca.⁷

6 FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. Recife: Imprensa Universitária, 1963.

7 *Idem*, p. 49.

No decorrer do século XX, persiste essa visão que limita a mulher negra a ser destinada ao sexo, ao prazer, às relações extraconjugais. Para as mulheres negras, consideradas como destituídas destes atrativos, reserva-se a condição de “burro de carga”: “Preta pra trabalhar, branca para casar e mulata pra fornicar”.⁸ Esta é a definição de gênero/raça, instituída por nossa tradição cultural patriarcal colonial, para as mulheres brasileiras, que, além de estigmatizar as mulheres em geral ao hierarquizá-las do ponto de vista do ideal patriarcal de mulher, introduz contradições no interior do grupo feminino.

Essa herança colonial e a persistência desses paradigmas no pós-abolição terá impacto negativo na construção de uma perspectiva unitária de luta das mulheres por sua emancipação social, transformando o Movimento Feminista posterior em um campo de batalha no qual ressentimentos seculares decorrentes dos privilégios e opressões determinados por esses estereótipos se defrontarão de formas às vezes dramáticas, até que as diferenças pudessem ser admitidas o suficiente para viabilizar um diálogo que só agora se inicia de forma mais solidária, desarmada e conseqüente.

Após a abolição da escravatura, em 13 de maio de 1888, a população negra não foi integrada à sociedade; ela permaneceu discriminada, à margem das mudanças estruturais que ocorrem na economia. “O Brasil Republicano cioso por sua inserção na ordem capitalista, vinculado ao pensamento europeu e teorias racistas, alimentava uma perspectiva, onde a política de imigração torna-se central ao desejo da elite em recuperar seu passado europeu”.⁹

As ofertas de emprego no mercado de trabalho continuaram restringindo a participação da mulher negra, e esta via-se obrigada a trabalhar como mucama, ama-de-leite, dama de companhia,

⁸ Dito popular brasileiro.

⁹ CARNEIRO, Sueli. 1997.

ou então prostituindo-se, aproveitando-se de sua disseminada fama de “boa de cama”.

O papel relegado aos negros sempre foi secundário e chegamos a essa triste conclusão quando nos deparamos com documentos do início do século; um fato interessante é recorrermos às propagandas impressas em suplementos e revistas femininas do período. Primeiramente, notamos que o público-alvo, a quem o produto é destinado, é a família de classe média, comumente retratada com o pai, a mãe e os filhos, brancos, e ao fundo tem-se a figura de uma negra, forte e trajada de uniforme e avental, para que não haja dúvida de que ela não faz parte da família e, sobretudo, não possui nenhum laço consanguíneo. As cartilhas infantis, até bem pouco tempo atrás, também reforçavam essa visão de negras somente como empregada doméstica.

Vale ressaltar que, acompanhando a construção dessa mentalidade racista e preconceituosa, vemos que ela foi sendo incorporada ao cotidiano brasileiro e, gradativamente, foi se normalizando. Para ilustrar essa constatação, basta citarmos um dos mais conceituados escritores da literatura infantil do Brasil: Monteiro Lobato. Em sua obra, a mulher negra é mostrada como uma senhora gorda, quase da família, porque é empregada há muito tempo; cozinhou muito bem e sua atitude era de total subordinação, submissão, subserviência. Este é o outro grande estereótipo no qual as mulheres negras brasileiras estão aprisionadas, a figura da mãe-preta que “[...] suscita diferentes reflexões [...]. Privilegiado exemplo de ‘corrupção’ na maior parte de nossas referências, mas também ‘alma de sentimentos extraordinariamente nobres’ e ‘coração transbordando de sublimes dotes’”. Em outros textos, a ama-de-leite parece ser figura de proa das “inevitáveis” conclusões a que chega cada autor. O componente subjetivo presente nos atos de amamentar, ninar, cuidar do filho do senhor, serve em cada caso, negado, diluído ou amamentando, à conformação de visões específicas: seja na visão

racista e etnocêntrica, que só reconhece a subjetividade da escrava na sua “nefasta influência” sobre as crianças brancas, seja na visão da “boa ama” enunciada em nossas fontes, cuja expressão acabada em nossos dias é a obra de Gilberto Freyre. Exacerbando ao extremo, com o componente subjetivo principalmente nas relações ama-de-leite/criança branca edifica esse autor a conhecida imagem da escrava “embaixadora” da senzala na casa-grande e vice-versa.

Os estereótipos construídos em torno da figura da “mãe-preta” desempenharam e desempenham papel estratégico nas diferentes visões quanto à natureza da escravidão em nosso país. O interessante a destacar é que as bases materiais que sustentaram a existência das “mães-pretas” são omitidas, entrando-se a atenção no investimento subjetivo da escrava no desempenho das funções de ama-de-leite. Que essa subjetividade seja ignorada, afirmada ou diluída, continuamos frente a análises absolutamente subjetivas da subjetividade da escrava. “Coisa” paradoxalmente dotada de subjetividade, a ela obviamente foi negada a possibilidade de falar dessa subjetividade na primeira pessoa”.¹⁰

À medida que a sociedade brasileira vai realizando ao longo das décadas o seu projeto de branqueamento da população, seja pela apologia da miscigenação, seja pela política de incentivo à imigração europeia, vai-se consolidando os estigmas e o destino social de negras e brancas dentro da lógica racista e sexista. E o processo de emancipação da mulher e de liberação sexual que ganham força a partir dos anos 1960 irão estabelecer novos desafios para as mulheres negras do ponto de vista de sua identidade, afetividade e sexualidade por estabelecer a absoluta hegemonia da brancura como padrão privilegiado para a mulher, agora não mais somente do ponto de vista estético, afetivo ou de ideal de família burguesa branca, mas também do ponto de vista

sexual para os homens brancos e também para significativa parcela dos homens negros brasileiros, especialmente aqueles considerados socialmente como “bem-sucedidos”.

Este fenômeno vem instituindo a mulher negra como a anti-musa da sociedade brasileira de tal forma que os estudos demográficos já identificam uma acentuada desvantagem das mulheres negras no mercado afetivo, o que caracterizaria uma situação de “solidão” estrutural motivada pelo desinteresse dos homens brancos e a deserção de grande parte dos homens negros.

Essa questão de abandono das mulheres negras pelos homens negros motivou um texto do historiador negro Joel Rufino, cujo título *Por que os negros que sobem na vida arranjam logo uma branca e de preferência loira?* reflete a dimensão do problema. Para responder esta questão o autor faz a seguinte reflexão:

Essa foi a pergunta que mais ouvi até hoje, embora, sintomaticamente, nunca me perguntassem pela recíproca: por que as brancas, sobretudo as loiras, só arranjam negros que subiram na vida. A parte mais óbvia da explicação é que a branca é mais bonita que a negra e quem prospera troca automaticamente de carro. Quem me conheceu dirigindo um Fusca e hoje me vê de Monza tem certeza de que não sou um pé-rapado: o carro, como a mulher, é um signo. Há no Brasil uma multidão de pretas bonitas, mas a forma da beleza é a branca. A preta que se aproxima dela passa a cabrocha, jambete, mulata etc. Um brasilianista é que percebeu isto bem, ao explicar a queda nacional pela mulata: é a mulher ideal, pois tem, ao mesmo tempo, a beleza da branca e a facilidade da negra.

Em outra passagem do texto o autor reitera: “Quem venceu o duelo, na cabeça e no sexo dos brasileiros de qualquer cor, foram as brancaranas azedas. O cinema dá o golpe de misericórdia nas pretas: os tesões da minha infância suburbana foram Ninon Silveira”. E mais além:

¹⁰ GIACOMINI, Sônia. *Mulher e escrava*. Petrópolis: Vozes, 1988. p. 63-64

Toda a ânsia de ascensão do negro talvez tenha por objetivo ser o branco e ele só o alcança – ou julga alcançar – quando enfim possui sexualmente a branca. Se for verdadeiro isto, ao arranjar uma branca, de preferência loira, o negro foi movido, não principalmente por motivo social (a saber: a branca como o Monza, é signo de êxito), mas por compulsão sexual – o que é sem dúvida mais dramático.¹¹

Com essa questão entramos no outro aspecto da violência racial na temática de gênero e de violência contra a mulher, que é a violência psicológica, com graves sequelas na autoestima das mulheres negras trazida por essa imagem desvalorizada presente no imaginário social.

Note-se que nessa construção de Joel Rufino há duas ordens diferentes de violência de gênero colocadas, uma oriunda da ideologia machista patriarcal, que concebe as mulheres em geral como objetos de propriedade masculina. E a outra, de natureza racial, que institui a desvalorização das negras em relação às brancas ao ponto desse autor, em outro momento do texto, sugerir que as negras são mulheres disponíveis que podem ser adquiridas por “precinhos” módicos.

Esta é a mesma opinião dos estrangeiros que aqui aportam na rota do turismo sexual, “Quando falam das mulheres da Bahia referem-se a elas como ‘quentes, carinhosas e sensuais [...] algumas delas se satisfazem com uma simples lembrança’”.¹² Esta é uma citação do artigo *As mulatas que não estão no mapa*, outro estudo sobre turismo sexual realizado por Antônio Jonas Dias Filho, na cidade de Salvador. O autor aponta outro aspecto do problema que estamos tratando, que é a questão da identidade racial das mulheres pesquisadas e como essa identidade é manipulada para atender as fantasias sexuais em relação ao exótico

11 BARBOSA, Wilson de Nascimento; SANTOS, Joel Rufino dos. *Atrás do muro da noite*. Brasília: Ministério da Cultura; Fundação Cultural Palmares, 1994. p. 165.

12 DIAS FILHO, Antonio Jonas. *As mulatas que não estão no mapa. PAGU – Núcleo de Estudos do Gênero*, n. 6, v. 7, p. 51-66, 1996.

que estão presentes no turismo sexual e, ao meu ver, prestam-se também, de um lado, para promovê-lo e, de outro, para ocultar a violência racial existente nesse comércio.

Diz o autor: “As baianas são consideradas as morenas-jambo, por sua cor da pele” e o artigo, “trata das mulheres negras e como o mercado de corpos interfere na construção de suas identidades, criando sonhos e alimentando fantasias masculinas sobre a mulher brasileira”.¹³

O autor mostra como a denominação morena-jambo é uma construção do *sexmarketing*, que envolve esse comércio, fazendo parte de peças de propaganda governamental e de empresas de viagem, obrigando a mulheres a se redefinem racialmente nesse esquema de promoção. O autor afirma que essas mulheres “não escondem o fato de serem negras ou cafuzas”, mas como o produto “morena-jambo” “tem saída com os gringos”, conforme palavras de uma delas, “[...] o jogo é aceito e circunstancialmente introjado”.¹⁴

Essas identidades criadas com base num espectro cromático que vai da preta à mestiça, passando por mulatas, pardas, morenas-jambo e tantas outras designações utilizadas em nossa sociedade, promovem, como já colocado em outros artigos, em primeiro lugar a fragmentação da identidade racial negra, o que tem por função política escamotear a importância populacional dos negros e de seus descendentes na população do país e enfraquecer politicamente o grupo negro, impedindo sua unidade.¹⁵

Em segundo, estabelece outra hierarquia, tornando as mais escuras as mais desvalorizadas dentre o conjunto das mulheres, e as negras mais claras, o objeto sexual de segunda categoria mais valorizado.

Portanto, as imagens construídas historicamente sobre as mulheres negras continuam produzindo formas particulares de

13 *Idem*, p. 51.

14 *Ibidem*, p. 57.

15 CARNEIRO, Sueli. 1985.

violências vividas presentemente por elas, dentre as quais destaca-se o turismo sexual e o tráfico de mulheres, temas que apresentam o corte racial como marcador fundamental particularmente nas regiões Norte e Nordeste do país, composta majoritariamente por populações afrodescendentes ou mesclas de indígenas.

O impacto de todo esse imaginário social sobre as mulheres negras é que, como nos alerta Diva Moreira, "as mulheres negras se casam mais tardiamente, têm mais dificuldades em contrair segundas núpcias caso o parceiro morra ou as abandone e encontram mais dificuldades de acesso ao que os demógrafos chamam de mercado afetivo".¹⁶

Outro resultado da pesquisa realizada por Diva Moreira sobre a rejeição das mulheres negras no mercado afetivo mostra que

[...] as nossas adolescentes e jovens que se iniciam precocemente na sexualidade e engravidam o fazem motivadas pela vontade de cativar o parceiro e de firmar com ele uma relação duradoura, se possível eterna. O sonho da maioria de nossas mulheres é casar-se. Ter um lar, filhos, um marido e pai carinhoso.¹⁷

Essas mesmas características foram encontradas por Adriana Piscitelli e Antônio Jonas Dias Filho em suas pesquisas sobre as jovens e adolescentes envolvidas no turismo sexual. Sobre elas, um gringo diz: "Essas meninas não são prostitutas. Elas nos tratam com um carinho que jamais encontrei na Europa".¹⁸ Outro afirma

[...] não existem garotas como as morenas brasileiras, alegres e sensuais [...] elas são insuperáveis, novas, carinhosas, quentes e

16 MOREIRA, Diva. *Direitos Humanos no Cotidiano*. Secretaria Nacional de Direitos Humanos, UNESCO; Universidade de São Paulo, 1998. p. 176-177.

17 *Idem*.

18 PISCITELLI, Adriana, *Ibidem*, p. 20.

submissas. São as melhores do mundo pois, além de serem 'quentes', mexem de uma maneira especial com os homens.¹⁹

A explicação para uma performance tão especial talvez esteja nas palavras de uma dessas meninas: "eles podem se engrajar pela gente e levar embora".²⁰ Outra afirma: "Um dia vou casar com um homem de olhos azuis. Casarei na Europa, onde os pais não costumam espancar os filhos. Terei uma casa grande, com jardim bonito e três filhos".²¹ Outra encontrou o príncipe encantado, "morou um tempo na Alemanha, com um homem que a levou para passar uma temporada. No entanto ele encaminhou-a para prostituição, obrigando-a a sair com outros homens."²²

A pesquisadora Adriana Piscitelli, no artigo *Sexo tropical*, descreve o comportamento clássico do estrangeiro que vem consumir mulher brasileira. Diz ela:

[...] eles chegam procurando mulheres, mas têm nítidas preferências: garotas muito jovens, mulatas ou negras. Esse estilo de gosto não se limitaria aos europeus que chegam ao Brasil, os "exportadores" de meninas para o exterior afirmam que as meninas "mais morenas" conseguem receber maiores salários no "Velho Continente".²³

No entanto, nas reportagens sobre a questão, "As poucas alusões à cor dos turistas são realizadas contrastando sua "brancura" com a negritude das meninas".²⁴

Dessas meninas, segundo a autora, 60% tem entre 13 e 16 anos de idade. As mulheres envolvidas com o turismo sexual ou

19 PISCITELLI, Adriana, *Ibidem*, p. 26.

20 Antonio Jonas Dantas Filho, *Ibidem* p. 55

21 PISCITELLI, Adriana, *Ibidem*, p. 27.

22 Antonio Jonas Dantas Filho, p. 54

23 PISCITELLI, Adriana. *Sexo Tropical: comentários sobre gênero e "raça" em alguns textos da mídia brasileira*. PAGU - Núcleo de Estudos do Gênero, n. 6, v. 7, p. 16-17, 1996.

24 *Ibidem*, p. 17.

tráfico de mulheres são invariavelmente muito pobres e em geral foram vítimas de abuso sexual. Acham-se submetidas a condições de opressão e marginalização tão intensas que, mesmo conhecendo ou intuindo os riscos presentes nos envolvimento com esses homens estrangeiros, agem como se o que quer que viesse não pudesse ser pior do que o que ela já conhece.

A entrevista recolhida pela autora de uma entrevista em um veículo de comunicação é ilustrativa. Diz a entrevistada: "Em casa de família meu destino seria pior ainda. Iria ganhar um salário e teria que transar de graça com o patrão, normalmente um velho gordo e pelanqueiro. O pior que pode me acontecer é eu virar puta na Suíça. Pelo menos vou ganhar alguma coisa. No Brasil não ganho nada, nem tenho como ganhar."²⁵

Essa fala coloca outro tema da violência de gênero: refiro-me ao assédio sexual. Embora tratado como um debate novo em nossa sociedade, esse tipo de relação, como já vimos anteriormente, faz parte de uma tradição cultural que vem sendo perpetuada até os nossos dias. A prática impunemente tolerada de utilização das mulheres negras, especialmente as empregadas domésticas, como objetos sexuais, destinadas à iniciação sexual dos jovens patrões ou de diversão sexual dos mais velhos.

Lélia Gonzales, em seu artigo *Racismo e sexismo na cultura brasileira*, nos relata estórias típicas dessa assimetria de gênero e raça presentes em nossa tradição:

Não faz muito tempo que a gente estava conversando com outras mulheres, num papo sobre a situação da mulher no Brasil. Foi aí que uma delas contou uma história muito reveladora, que complementa o que a gente já sabe sobre a vida sexual da rapaziada branca até não faz muito: iniciação e prática com as crioulas [...].

²⁵ PISCITELLI, Adriana. Sexo Tropical: comentários sobre gênero e "raça" em alguns textos da mídia brasileira. *PAGU - Núcleo de Estudos do Gênero*, n. 6, v. 7, p. 21, 1996.

Quando chegava na hora do casamento com a pura, frágil e inocente virgem branca, na hora da tal noite de núpcias, a rapaziada simplesmente brochava. Já imaginaram o vexame? E onde é que estava o remédio providencial que permitia a consumação das bodas? Bastava o nubente cheirar uma roupa de crioula que tivesse sido usada, para "logo apresentar os documentos [...]"²⁶

Note-se que estamos diante de um *continuum* histórico que, passando de mucama à doméstica, mantém a tradição de uso e abuso sexual da mulher negra, entendendo-se aqui por mulheres negras as diferentes matizes com que as pessoas se autotransformam ou são classificadas porque, embora as pessoas no Brasil tendam a se esconder ou negar sua ascendência negra, por meio dos vários artifícios de autotransformação como pardo, moreno-claro, moreno escuro, mulato etc., a imagem que o país tem no exterior é de um país de maioria negra, e esta é a imagem do Brasil que vende e é vendida lá fora, a de um país culturalmente exótico em função dessa maioria porque, para a maioria dos países de primeiro mundo, alvos desse comércio, qualquer grau de mestiçagem com negros faz da pessoa um negro.

Portanto, desprezar a variável racial na temática de gênero é deixar de aprofundar a compreensão de fatores culturais racistas e preconceituosos determinantes nas violações dos direitos humanos das mulheres no Brasil que estão intimamente articulados com a visão segundo a qual há seres humanos menos humanos do que outros, e portanto aceita-se complacentemente que estes não sejam tratados como detentores de direitos.

A consciência da desvalorização estética e consequente rejeição de que são vítimas no mercado afetivo interno, a condição de mulheres disponíveis neste mercado de "graça" ou por um

²⁶ GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, Luiz Antônio Machado Silva *et al.* *Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos*. Brasília: ANPOCS, 1983. p. 234.

“precinho” módico, a ausência de condições dignas de sobrevivência que perpetua o destino herdado da escravidão leva-as a projetarem neste mundo distante e idealizado, habitado por ricos homens de olhos azuis, a concretização de uma abolição que de fato nunca conheceram, de tal forma que, também conscientes dos riscos que essa aventura contém, ela parece ser encarada como menos aterradora do que a realidade em que estão imersas. Por isso, Ivana, a moça que o “príncipe encantado” prostituiu na Alemanha, de lá saiu com a ajuda de um francês que havia conhecido em outro verão, e “espera no momento permissão da embaixada para viajar e, segundo ela, se casar com este homem”.²⁷

Embora tratadas como antimusas da sociedade brasileira, são objetos privilegiados da fantasia racista e imperialista de homens brancos do primeiro mundo. Segundo Dias Filho, “Os alemães, por exemplo, chegam a pagar, por um pacote de quinze dias, o equivalente a 10 mil marcos para conhecer e namorar mulheres baianas, preferencialmente “negras ou mulatas, que apresentem as características daquelas que lhes foram mostradas em books, vídeos ou catálogos, por agenciadores do eixo Europa Brasil.”²⁸

Diante do cenário aqui colocado, resta perguntar: como é possível diante disso que o racismo, a discriminação racial e a violência racial permaneçam como temas periféricos no discurso e na militância sobre a questão da violência contra a mulher? Só podemos atribuir isso à conspiração de silêncio que envolve o tema do racismo em nossa sociedade e à cumplicidade que todos partilhamos em relação ao mito da democracia racial e tudo que ele esconde.

A citação de Adriana Pristicelli, de Alcott e Potter, de que “[...] afirmam que a epistemologia feminista não pode ser considerada como comprometendo-se com o gênero como eixo primário da

²⁷ *Idem*, p. 54

²⁸ *Ibidem*, p. 57

opressão [...] ou colocando que o gênero é uma variável teórica que pode ser separada de outros eixos de opressão e é passível de uma análise única. Se o feminismo deve liberar as mulheres, deve defrontar virtualmente todas as formas de opressão”.²⁹

Deste ponto de vista, seria possível dizer que um feminismo negro construído no contexto de sociedades multirraciais e pluri-culturais tem como principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero. Porém, em sociedades em que o contingente negro compõe pelos critérios de classificação racial oficial quase 50% da população e que, para os padrões de classificação racial internacional, estaria muito acima de 50%, o problema do racismo adquire um caráter estrutural para qualquer análise das desigualdades existentes em nossa sociedade. Um desafio para a prática e o discurso feminista no Brasil.

O movimento de mulheres negras a partir da década de 1980

A mulher negra, no Brasil, a partir de meados da década de 1980, passa a se organizar politicamente em função de sua condição específica do ser mulher e negra, por meio do combate aos estereótipos que as estigmatizam; por uma real inserção social; pelo questionamento das desigualdades existentes entre brancas e não brancas em nossa sociedade; e contra a cidadania de terceira categoria a que está relegada por concentrar em si a tríplice discriminação de classe, raça e gênero.

Muita luta ainda existe pela frente, já que a batalha pelo reconhecimento e respeito à mulher negra ainda está no início. Entretanto, vitórias vêm sendo conquistadas dia a dia pela ação política organizada das mulheres negras, dos movimentos negros e dos

²⁹ Adriana Piscitelli, *Ibidem*, p. 10-11.

setores brancos aliados e progressistas interessados em construir uma história brasileira sob um prisma antirracista e antissexista.

Em outros estudos, tenho defendido que os esforços organizativos das mulheres negras decorrem da insuficiência com que a especificidade da mulher negra é tratada tanto no Movimento Feminista quanto no Movimento Negro, posto que não está estruturalmente integrada às concepções e práticas políticas desses dois movimentos sociais a perspectiva de que há sempre uma dimensão racial na questão de gênero, e uma dimensão de gênero na problemática étnico-racial. Este é o fundamento para a dupla militância que se impõe para as mulheres negras como forma de assegurar que as conquistas num campo de luta, por exemplo, no campo racial, não sejam inviabilizadas pela persistência das desigualdades de gênero e para que as conquistas dos movimentos de mulheres não privilegiem apenas as mulheres brancas em função das práticas discriminatórias de base racial presentes na sociedade, contra as mulheres negras.³⁰

Se houve avanços da questão racial no âmbito da prática e da teoria feminista, isso tem tido pouco impacto no interior do Movimento Negro na medida em que não tem sido suficiente para pautar as relações de gênero no próprio Movimento e, conseqüentemente, não vem redefinindo o papel da mulher negra nos projetos políticos das correntes do Movimento Negro nem na distribuição do poder nas instâncias de decisão e na distribuição dos resultados das lutas empreendidas. O mesmo se repete em relação ao Movimento Feminista.

A consequência dessa leitura, feita pelas mulheres negras sobre a prática política dos movimentos em questão, tem sido a busca de um novo posicionamento político que tem por sentido estratégico o redimensionamento da questão da mulher negra a partir de uma perspectiva própria que coloca em questão o

alcance das vitórias conquistadas pelo Movimento Feminista nos últimos 20 anos no Brasil.

É nesse contexto que surge o Geledés Instituto da Mulher Negra como produto dessa avaliação crítica do encaminhamento da temática da mulher negra nos Movimentos Negros e Feministas. Inspirada na tradição de organização político-religiosa das mulheres yorubás, o Geledés Instituto da Mulher Negra foi criado em 1988 como uma proposta de atualização e adequação de matrizes culturais negro-africanas às necessidades contemporâneas da luta negra, em especial das mulheres negras.

A consciência dos limites da concepção feminista tradicional para contemplar a temática específica das mulheres negras conduziu-nos a construir uma plataforma de luta que nos habilitasse a tratar simultaneamente das dimensões particulares de gênero e das questões gerais colocadas pela questão racial em nossa sociedade.

A condição de mulher e negra, o papel histórico que as mulheres negras desempenham em suas comunidades, a comunidade de destino colocada para homens e mulheres negras pelo racismo e a discriminação impedem que os esforços organizativos das mulheres negras possam se realizar dissociados da luta geral de emancipação do povo negro.

Portanto, o ser mulher negra na sociedade brasileira se traduz na tríplice militância contra os processos de exclusão decorrentes da condição de raça, sexo e classe, isto é, por força das contradições que o ser mulher negra encerra, recai sobre elas a responsabilidade de carregar politicamente bandeiras históricas e consensuais do movimento negro, do movimento de mulheres e somar-se aos demais movimentos sociais voltados para a construção de outro tipo de sociedade baseada nos valores da igualdade, solidariedade, respeito à diversidade e justiça social.

Com essa perspectiva, estruturou-se o Geledés em quatro programas básicos que abrigam diversos projetos, por meio dos

³⁰ CARNEIRO, Sueli. 1993

quais busca-se atuar politicamente sobre as questões de gênero e raça, além de realizar a missão institucional do Geledés Instituto da Mulher Negra, que é a promoção e a valorização política da temática da mulher negra, em especial em combate às diversas manifestações de racismo, sexismo e exclusão social presentes em nossa sociedade.

Essa questão põe em evidência que a construção da cidadania para as mulheres não brancas envolve questões que extrapolam as contradições e as formas de discriminação que são produto das relações assimétricas existentes na sociedade entre o homem e a mulher.

Nesse sentido, a luta das mulheres em geral depende não somente de nossa capacidade de superar as desigualdades geradas pela histórica hegemonia do sexo masculino, como também impõe o combate a outras ideologias, como o racismo, que constroem a inferioridade social dos segmentos não brancos da sociedade, em especial das mulheres negras, e operam como elemento divisionistas da luta das mulheres em função dos privilégios que instituem para as mulheres do grupo étnico dominante. Desse ponto de vista, o estabelecimento de medidas concretas de combate ao racismo é uma prioridade política e uma bandeira de luta que deve ser assumida pelo conjunto do movimento de mulheres nos níveis nacionais e internacionais, posto que o racismo atinge pelo menos dois terços das mulheres em nível mundial, sendo também um dos principais fundamentos das práticas xenofóbicas em ascensão em todo o mundo.

Portanto, a construção da plena cidadania para as mulheres negras passa pela eliminação dos mecanismos de discriminação racial e pela aplicação efetiva dos dispositivos legais, nacionais e internacionais, que criminalizam a prática do racismo e da discriminação racial.

Nesse sentido, a luta das mulheres negras contra a opressão de gênero e de raça vem desenhando novos contornos para a ação

política feminista e antirracista, enriquecendo tanto a discussão da questão racial como também a questão de gênero na sociedade brasileira. Esse novo olhar feminista e antirracista, ao integrar em si tanto a tradição de luta do movimento negro como a tradição de luta do movimento de mulheres, afirma essa nova identidade política decorrente da condição específica do ser mulher e negra.

O atual movimento de mulheres negras, ao trazer para a cena política as contradições resultantes da articulação das variáveis de raça, classe e gênero, promove a síntese das bandeiras de luta historicamente levantadas pelos movimentos negro e de mulheres do país, enegrecendo, de um lado, as reivindicações das mulheres, tornando-as, assim, mais representativas do conjunto das mulheres brasileiras e, de outro, promovendo a feminização das propostas e reivindicações do movimento negro.

Enegrecer o movimento feminista brasileiro tem significado concretamente demarcar e instituir na agenda do movimento de mulheres o peso que a questão racial tem na configuração, por exemplo, das políticas demográficas; na caracterização da questão da violência contra a mulher pela introdução do conceito de violência racial como aspecto determinante das formas de violência sofridas por metade da população feminina do país que é não branca; na introdução da discussão sobre as doenças étnicas/raciais ou de doenças com maior incidência sobre a população negra como questões fundamentais na formulação de políticas públicas na área da saúde; na instituição da crítica aos mecanismos de seleção no mercado de trabalho como a boa aparência, que mantém as desigualdades e os privilégios entre mulheres brancas e negras. Tem-se ainda estudado e atuado politicamente sobre os aspectos éticos e eugênicos colocados pelos avanços das pesquisas nas áreas de biotecnologia, em particular da engenharia genética.

Os documentos da Articulação de Mulheres Brasileira Rumo a Beijing, de junho e de setembro de 1995, são os que melhor expressam o avanço da questão racial no movimento de mulheres

brasileiro e também o crescimento da parceria e solidariedade entre as mulheres negras e brancas e que explicam os resultados positivos em especial para a temática racial no processo de Beijing.

Esses avanços estão presentes na primeira versão de junho de 1995 das propostas da Articulação de Mulheres Brasileiras Rumo a Beijing, na qual se constata o aumento significativo da participação política das mulheres negras no movimento de mulheres:

Outras atrizes entraram em cena com a organização das mulheres negras. O racismo presente na nossa sociedade, ao mesmo tempo que ganha maior visibilidade, passa a ser questionado através de novas dimensões trazidas pelos movimentos de mulheres negras, ao articularem gênero e raça.

Os novos conceitos como gênero e sua articulação/relação com raça e classe ampliam os instrumentos de análise da ação e organização das mulheres.

A história recente deixou muitos aprendizados. A ideia da mulher como sujeito único e com necessidades iguais foi repensada, primeiro pela organização das mulheres negras e segundo pela própria necessidade de se intervir numa realidade cada vez mais complexa, com questões de classe, raça, orientação sexual, religião, idade.³¹

Como consequência de todo este trabalho, o *Relatório geral sobre a mulher na sociedade brasileira*, produzido pelo governo brasileiro com vistas à IV Conferência Mundial sobre a Mulher, Ação para a Igualdade, Desenvolvimento e Paz, é o reconhecimento oficial da falácia da democracia racial brasileira que era tão decantada no exterior pelo Estado brasileiro.

Resultado de um esforço de cooperação e parceria entre governo e sociedade civil, notadamente as organizações de mulheres

³¹ p. 34-35.

do país, este documento reconhece em diversos momentos como o racismo promove a ampliação das desigualdades sociais entre as mulheres pela seguinte afirmação:

A raça, quando associada ao gênero, interfere na determinação de desigualdades salariais. Trabalhadores pretos e pardos ganham, em média, menos do que homens e mulheres brancos, mas são as mulheres negras as mais discriminadas de todos os grupos, tanto na cidade quanto no campo.

Ainda no capítulo sobre a Desigualdade na Participação da Mulher no Mercado de Trabalho e no Processo Produtivo reconhece-se que, dentre os “[...] obstáculos a serem superados para que a mulher possa se beneficiar do desenvolvimento social, econômico, político e cultural do país [...] encontram-se [...] as práticas discriminatórias de gênero e raça no mercado de trabalho: na admissão, promoção, qualificação e remuneração que limitam às mulheres ocupações desqualificadas e subalternas [...]”.³²

Em relação ao acesso à educação, o relatório é contundente ao demonstrar que

[...] o problema da educação no país não se prende a questões de gênero, mas ao processo de exclusão a que estão submetidos segmentos da população, variando os índices mais em função das condições raciais (brancos e negros) e socioeconômicas do que sexuais.³³

Dentre as várias questões que são apontadas no capítulo referente a Estratégias e Perspectivas Futuras, recomenda-se que:

³² MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório geral sobre a mulher na sociedade brasileira*. 1995. p. 42.

³³ *Ibidem*, p. 45.

Os modelos de desenvolvimento sustentável, por sua vez, devem considerar as diferenças de gênero, raça e etnia, e a necessidade imperiosa de maior equidade social. As estratégias nacionais propostas para a consecução desses objetivos devem tomar por base: [...] 'o estabelecimento de medidas concretas para combater o racismo e qualquer outra forma de discriminação'.³⁴

De outro lado, a ação política das mulheres negras vem ampliando também a agenda política do movimento negro ao considerar como prioridade temas que historicamente têm sido pouco tratados pelo movimento negro. Ao trabalhar essas questões, o movimento de mulheres negras revela novos aspectos da violência racial cuja magnitude se desconhecia.

Um exemplo concreto disso tem se dado, por exemplo, em relação às questões de Saúde e de População. Se, historicamente, as práticas genocidas, tais como a violência policial, o extermínio de crianças, a ausência de políticas sociais que assegurem o exercício dos direitos básicos de cidadania, têm sido objetos prioritários da ação política dos movimentos negros, os problemas colocados hoje pelos temas de Saúde e de População nos situam num quadro talvez mais alarmante ainda em relação aos processos de genocídio do povo negro no Brasil. Os reflexos da esterilização em massa de mulheres negras no país já se fazem sentir na redução do percentual da população negra nesta década em comparação com a década anterior.

Convivemos hoje com um quadro de expansão da Aids entre nossa população, posto que a Aids, cada vez mais, assume características clássicas das doenças sexualmente transmissíveis, ou seja, as populações pobres e excluídas sempre pagaram o maior tributo do adoecer e morrer pelas DSTs. Ao lado disso, temos

³⁴ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório geral sobre a mulher na sociedade brasileira*. 1995. p. 68

fatores culturais interferindo no crescimento da doença entre negros, mas principalmente há um novo componente diferenciado que a epidemia da Aids está colocando para nós, que é um índice superior de contágio determinado pelo uso de drogas endovenosas e outras. Num contexto mais amplo, a Organização Mundial da Saúde declarou o fenômeno da Aids incontrolável no Continente Africano. O Caribe é a segunda região de predominância da Aids no mundo.

Portanto, esse novo contexto de redução populacional, fruto de esterilização massiva aliado à progressão tanto da Aids como do uso de drogas entre a nossa população, as novas biotecnologias, em particular a engenharia genética, com as possibilidades que ela oferece para práticas eugênicas, constituem novos e alarmantes desafios sobre os quais o conjunto do movimento negro precisa atuar.

A importância dessas questões para as populações consideradas descartáveis como nós e o crescente interesse dos organismos internacionais no controle do crescimento dessas populações têm conduzido o movimento de mulheres negras a desenvolver uma perspectiva internacionalista. Essa visão vem promovendo a diversificação das temáticas que são objeto da ação política das mulheres negras, o estabelecimento de novas parcerias e a ampliação da cooperação interétnica. Cresce entre as mulheres negras a consciência de que os processos de globalização, determinados pela ordem neoliberal, que entre outras coisas agudiza o processo de feminização da pobreza, colocam a necessidade de articulação e intervenção da sociedade civil em nível mundial.

Essa nova consciência tem nos levado ao desenvolvimento de ações regionais no âmbito da América Latina, do Caribe e com as mulheres negras dos países do Primeiro Mundo e à participação crescente nos fóruns internacionais, nos quais governos e sociedade civil se defrontam e definem a inserção dos povos terceiro-mundistas no terceiro milênio.

Dentre essas ações destaca-se o documento consensual produzido pelas mulheres negras representantes de 16 países da América Latina presentes ao Foro de Mar Del Plata preparatório da Conferência de Beijing em painel sobre a mulher negra organizado pelo Geledés Instituto da Mulher Negra com apoio da UNIFEM.

O documento nominado de "Proposta das mulheres negras latino-americanas e caribenhas para Beijing" tem a seguinte redação:

No exercício de nossos direitos democráticos, enquanto mulheres negras, reivindicamos a inclusão de aspectos de interesses específicos enquanto setor particular da população da América Latina e Caribe.

Nosso objetivo é a construção de um projeto político plural, que pressupõe a diversidade como forma de alcançar níveis de desenvolvimento e de participação social e política.

Nós, mulheres negras reunidas em Mar del Plata, no Fórum de ONGs Preparatório para a IV Conferência Mundial da Mulher - Pequim'95, consideramos:

1. Que o racismo como forma ideológica que sustenta a dominação de um setor da população sobre outro é uma das causas fundamentais que não permite o desenvolvimento sustentável para os setores não brancos das populações latino-americanas e caribenhas, que compõem as maiorias do nosso continente. O racismo tem estado presente inclusive no movimento de mulheres, já que se trata de uma ideologia inscrita em nossas estruturas sociais. Considerando a luta e a participação das mulheres negras na construção de nossas sociedades, convocamos o conjunto das mulheres a incorporar-se na luta pelo fim do racismo.
2. Que se incorpore ao documento político do Fórum de ONGs o pleno reconhecimento de que nossos países são constituídos por populações multirraciais e multiculturais, conferindo às nossas sociedades um perfil onde a diversidade tem sido a contribuição

mais enriquecedora. Nesse sentido, exigimos nosso papel de protagonistas nos espaços onde se decidem os nossos destinos.

3. Exigimos de nossos governos que sejam implementadas políticas de desenvolvimento para saldar a dívida histórica contraída com nossas populações, e que tenham as mulheres negras como beneficiárias prioritárias.
4. Exigimos que sejam formuladas e implementadas estratégias apropriadas, que assegurem às mulheres negras o direito ao acesso à terra, ao trabalho, à saúde, à habitação, educação, meio ambiente saudável e garantindo-se o direito à identidade diferenciada.
5. Exigimos que sejam incorporados os itens etnia e gênero nos Censos Governamentais de nossos países, como forma de obtermos um conhecimento real dos números, e situação socioeconômica e política da população negra.
6. Que os organismos de Estado, como por exemplo o Ministério da Saúde, colem dados sobre os grupos étnicos atendidos, a fim de obter dados consistentes para diagnosticar as enfermidades de que sofrem as populações não brancas, para que sejam formuladas políticas públicas adequadas.
7. A cor da pele não é um elemento que determine que as mulheres negras sejam incluídas dentro da concepção utilizada pelas instâncias internacionais como grupo vulnerável, de alto risco ou especiais. Portanto, propomos que as mulheres negras sejam consideradas como pessoas pertencentes a um determinado grupo étnico, com particularidades culturais específicas.
8. Que em todas as conferências internacionais preparatórias para Beijing se formem grupos de pressão e monitoramento junto aos governos dos países onde as mulheres negras sofrem situações de violência.
9. Que os Estados promovam a revisão das políticas educativas, textos didáticos, curriculum, estrutura educacional, com vistas a eliminar os estereótipos racistas (crianças/idosos mulheres/ homens) que afetam a construção de uma identidade

etno-racial positiva para as populações negras e que deem visibilidade à nossa contribuição através da história na construção de nossas sociedades.

10. Que os Estados revisem todos os instrumentos, procedimentos, convenções, pactos, convênios e mecanismos que regulam a prática do racismo a nível internacional com o objetivo de dar visibilidade aos mesmos, para as populações negras, e que se criem comissões e grupos de trabalho com a participação das mulheres negras, para garantir que nossas perspectivas e realidades estejam presentes neles.
11. Que os Estados avaliem o impacto da reprodução e transmissão do racismo através dos meios de Comunicação e implementem programas de vigilância e controle sobre as imagens negativas e discriminatórias contra as mulheres negras, como também pela omissão, e promovam estratégias de comunicação não racista.
12. Que os Estados declarem o Ano Internacional de Ação pelos Direitos das Mulheres Negras, para que sejam feitos esforços concentrados para a eliminação das condições de discriminação de que somos objeto; promover a participação política, combater a violência; revisar as legislações que explícita ou sutilmente promovem a discriminação em função de nossa condição étnica e de gênero; promover o exercício pleno de nossas cidadanias e a recuperação de nossos valores culturais e espirituais; adotar medidas legislativas que favoreçam uma mudança real no *status* jurídico e legal das mulheres negras.
13. Que os Estados investiguem, sancionem e denunciem o impacto negativo nas mulheres negras do militarismo, xenofobia, fundamentalismos religiosos e dos ajustes estruturais, especialmente o tráfico sexual, migrações forçadas e prostituições, a limpeza étnica, mutilação corporal, controles reprodutivos, violência sexual.
14. Que as populações negras migrantes possam ter condições de estabelecer-se em qualquer lugar sem serem molestadas,

respeitando-se sua identidade e em condições adequadas, que lhes permitam a continuação de uma existência digna.

15. O exercício da democracia baseada na igualdade e desenvolvimento para o alcance da Paz Universal requer respeito às diferenças existentes, para que seja possível a construção de uma sociedade plural, democrática, plena e solidária.

[...] sublinhamos, o lugar a partir do qual as mulheres latino-americanas falamos como um continente mestiço na língua, na corporalidade e na espiritualidade. Destacamos o fato de que nossos países estão integrados por populações multirraciais e multiculturais, onde a diversidade tem sido o aporte mais enriquecedor a nossas sociedades e a humanidade em si. Neste sentido, exigimos a participação substantiva das mulheres negras e indígenas nos espaços onde se decidem os destinos de nossas sociedades. (p. 16 item 10).

A intervenção nas Conferências mundiais, convocadas pela ONU a partir da década de 1990, têm nos permitido ampliar o debate sobre a questão racial em âmbito nacional e internacional e sensibilizar movimentos, governos e a ONU para a inclusão da perspectiva antirracista e de respeito à diversidade em todos os seus temas. Com essa perspectiva, atuamos em relação à Conferência do Cairo sobre População em relação à qual as mulheres negras operaram a partir da ideia de que “em tempos de difusão do conceito de populações supérfluas, liberdade reprodutiva é essencial para as etnias discriminadas para barrar as políticas controlistas e racistas”. Assim, estivemos em Viena, da qual saiu o compromisso sugerido pelo Governo brasileiro de realização de uma Conferência Mundial sobre o Racismo e outra sobre Imigração, para antes do ano 2000. Assim trabalhamos no processo de preparação da Conferência de Beijing dentro do qual foi realizado um conjunto de ações através das quais é possível medir o crescimento da temática racial no movimento de mulheres do Brasil e no mundo.

Nesta década, as mulheres negras brasileiras encontraram seu caminho e autodeterminação política, soltaram suas vozes, brigaram por espaço e representação e fizeram-se presentes em todos os espaços de importância para o avanço da questão da mulher hoje. Foi a temática que mais cresceu politicamente no movimento de mulheres nesta década integrando definitivamente a questão racial ao movimento de mulheres.

Para Sônia Correia, feminista branca brasileira, o reconhecimento de raça e etnia como causas de discriminação e fatores de desigualdade é um dos resultados positivos de Beijing e

[...] o fato de que os termos raça e etnia tenham sido finalmente incorporados a um documento das Nações Unidas significa a superação de uma antiga e renitente resistência por parte de alguns países membros. Até Beijing, apenas os Estados Unidos e, com menor vocalidade, o Brasil, defendiam sem restrições a utilização desta terminologia. Sua adoção no parágrafo 32 da Declaração assim como em outras duas seções da Plataforma de Ação compensa, ainda que parcialmente, sua eliminação no capítulo de saúde.³⁵

Segundo Nilza Iraci, diretora do Geledés Instituto da Mulher Negra, que foi uma das articuladoras do *looby* de mulheres negras presentes a Beijing

[...] mais importante do que a inclusão da temática racial na Declaração e Plataforma de Ação de Beijing, foi o processo de discussão que o tema provocou exigindo um eficiente lobby de mulheres negras do Norte e Sul, aliado à solidariedade de feministas brancas e da disposição do corpo diplomático brasileiro de não tergiversar diante dessa questão, para garantir a inclusão de raça e etnia como

³⁵ CORREIA, Sônia. *Fêmea*. p. 6, set. 1995.

fatores de desigualdade entre as mulheres sob os quais os governos devem atuar.³⁶

A redação final do artigo 32 da Declaração de Beijing afirma a necessidade de

[...] intensificar os esforços para garantir o desfrute em condições de igualdade de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais a todas as mulheres e meninas que enfrentam múltiplas barreiras à expansão de seu papel e a seu avanço devido a fatores como raça, idade, origem étnica, cultural, religião..."

O Parágrafo 132 da Plataforma de Ação reitera que

[...] Essas violações [aos direitos humanos] e estes obstáculos incluem, além da tortura e do tratamento cruel, desumano e degradante ou das detenções sumárias e arbitrárias, todas as formas de racismo e discriminação racial, xenofobia, negação dos direitos econômicos, sociais e culturais e intolerância religiosa [...].

O desafio agora é assegurar a concretização dessas conquistas no plano da vida real. Tal como expresso na *Carta das mulheres negras brasileira para a Conferência do Cairo*, a garantia dos direitos de cidadania das mulheres negras passa pela definição de

[...] políticas globais que garantam pleno emprego, programas de abastecimento, de saúde e saneamento básico, educação, e políticas urbanas e de habitação que têm sido sistematicamente boicotadas por setores conservadores incrustados no aparelho de Estado e por "lobbies" poderosos, comprometidos com interesses minoritários, elitistas e racistas. Tais políticas públicas globais

³⁶ CORREIA, Sônia. *Fêmea*. p. 9, set. 1995.

devem incluir a análise das desigualdades de etnia, gênero e classe. [...] Acreditamos, enfim, na possibilidade de construção de um novo modelo civilizatório, humano, fraterno e solidário, tendo como base os valores expressos pela luta antirracista, feminista e ecológica, assumidos pelas mulheres negras de todos os continentes, pertencentes que somos a mesma comunidade de destinos.

Por uma sociedade multirracial e pluricultural, onde a diferença seja vivida como equivalência e não mais como inferioridade.

Conclusões

A origem branca e ocidental do feminismo estabeleceu sua hegemonia para o equacionamento das diferenças de gênero e vem determinando que as mulheres não brancas e pobres em toda parte do mundo lutem para integrar em seu ideário as suas especificidades raciais, étnicas, culturais, religiosas e de classe social.

Até onde as mulheres não brancas avançaram nessas questões, as alternativas à esquerda, à direita ou ao centro se constroem a partir desses paradigmas instituídos pelo feminismo que, segundo Lélia Gonzalez, padecem de duas dificuldades para as mulheres negras: de um lado, o viés eurocentrista do feminismo brasileiro, ao omitir a centralidade da questão de raça nas hierarquias de gênero presentes na sociedade, e ao universalizar os valores de uma cultura particular (a ocidental) para o conjunto das mulheres, sem as mediações que os processos de dominação, violência e exploração que estão na base da interação entre brancos e não brancos, constitui-se em mais um eixo articulador do mito da democracia racial e do ideal de branqueamento.

Por outro lado, também revela um distanciamento da realidade vivida pela mulher negra ao negar “toda uma história feita de resistências e

de lutas, em que essa mulher tem sido protagonista graças à dinâmica de uma memória cultural ancestral (que nada tem a ver com o eurocentrismo desse tipo de feminismo).³⁷

Na sociedade brasileira a questão da mulher negra tem potencialmente a possibilidade de redefinir as prioridades da questão de gênero pela síntese que o ser mulher negra opera enquanto elemento que agrega as contradições de raça, classe e gênero.

Nesse contexto, quais seriam os novos conteúdos que as mulheres negras poderiam trazer para a cena política além da introdução do quesito cor nas propostas de gênero?

A feminista negra norte-americana Patricia Collins argumenta que o pensamento feminista negro seria um conjunto de “experiências e ideias compartilhadas por mulheres afro-americanas que oferecem um ângulo particular de visão do eu, da comunidade e da sociedade [...] ele envolve interpretações teóricas da realidade de mulheres negras por aquelas que a vivem”.

A partir dessa visão, Collins elege cinco temas como fundamentais que caracterizariam o ponto de vista feminista negro:

- 1 o legado de uma história de luta;
- 2 a natureza interligada de raça, gênero e classe;
- 3 o combate aos estereótipos ou “imagens de controle”;
- 4 a atuação como mães, professoras e líderes comunitárias;
- 5 e a política sexual”.³⁸

Acompanhando o pensamento de Patricia Collins, Luíza Bairros usa como paradigma a imagem da empregada doméstica como elemento analisador da condição de marginalização da

³⁷ GONZALEZ, Lélia *apud* BAIROS, Luíza. Lembrando Lélia Gonzalez. In: WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maísa; WHITE, Evelyn C. (Org.). *O livro da Saúde das Mulheres Negras*. Rio de Janeiro: Editora Pallas/Criola, 2000. p. 57.

³⁸ COLLINS, Patricia *apud* BAIROS, Luíza. Nossos Feminismos Revisitados. *Revista Estudos Feministas - IFCS/UFRJ - PPCIS/UERJ*. v. 3, n. 2, p. 462, 1995.

mulher negra, e a partir dela busca encontrar a especificidade capaz de rearticular os cinco pontos colocados por Patrícia Collins, concluindo que “essa marginalidade peculiar é que estimula um ponto de vista especial da mulher negra, [permitindo] uma visão distinta das contradições nas ações e ideologia do grupo dominante”. “A grande tarefa é potencializá-la afirmativamente, através da reflexão e da ação política”, continua.

O poeta negro Aimé Césaire disse que há duas maneiras de se perder: por segregação encurralado na particularidade ou por diluição no universal.

A utopia que perseguimos hoje consiste em buscar um atalho entre uma negritude redutora da dimensão humana e a universalidade ocidental hegemônica que anula a diversidade. Ser negro sem ser somente negro, ser mulher sem ser somente mulher, ser mulher negra sem ser somente mulher negra.

Realizar a igualdade de direitos e tornar-se um ser humano pleno e prenhe de possibilidades e oportunidades para além da condição de raça e de gênero é o sentido final desta luta.

A batalha de Durban

Após a queda do muro de Berlim, as Conferências Mundiais convocadas pelas Nações Unidas tornaram-se espaços importantes no processo de reorganização do mundo e vêm se constituindo em fóruns de elaboração de diretrizes para políticas públicas. Como vimos reiterando em outros artigos, ao longo dos anos 1990 as várias Conferências deram visibilidade a temas essenciais, tais como direitos humanos, meio ambiente, direitos reprodutivos, gênero e pobreza, entre outros. Espera-se que o mesmo aconteça em relação ao racismo, à discriminação racial, à xenofobia e à intolerância no Brasil e no mundo.¹ Por isso, a III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas foi motivo de grandes expectativas e esperanças para o Movimento Negro do Brasil e para o conjunto da população negra.

Publicado originalmente na Revista Estudos Feministas, v. 10, n. 1, p. 209-214, 2002.

1. CARNEIRO, Sueli, 2000a.